

**AFRICAN UNION**

الاتحاد الأفريقي

**UMOJA WA AFRIKA**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

**UNIÓN AFRICANA**

---

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 115 517 700 Fax: +251 115 517 844  
Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Quadragésima Quarta Sessão Ordinária**

**15 de Janeiro - 15 de Fevereiro de 2022**

**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/1463(XLIV)**

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP DOS DIREITOS HUMANOS,  
DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO (HRDG)**

## I. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) dos Direitos Humanos, Democracia e Governação (GRDH) realizou várias actividades em 2023. O resumo dessas actividades inclui as seguintes:

- a) Finalização do Plano de Trabalho para 2023 do Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação;
- b) Validação do Relatório de Governação Africana;
- c) Segundo compromisso com o Conselho de Paz e Segurança, realizado em conjunto com a Plataforma Africana de Governação;
- d) Retiro Conjunto entre o Subcomité e a CADHP.
- e) Recebeu informações:
  - i. Da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP);
  - ii. Do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC);
  - iii. Da Direcção de Governação e Prevenção de Conflitos (GCPD) - Unidade de Assuntos Políticos, Paz e Segurança (PAPS) sobre Constitucionalismo e Estado de Direito;
  - iv. Do Presidente cessante da Plataforma Africana de Governação (AGP).

2. O relatório apresenta uma sinopse das actividades do Subcomité dos Direitos Humanos, Democracia e Governação nas áreas acima indicadas, abrangendo o período de **Janeiro a Dezembro de 2023**.

## II. REALIZAÇÕES DO SUBCOMITÉ DO CRP DOS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO PARA O ANO DE 2023

### **APRESENTAÇÃO E ADOÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE TRABALHO PARA O ANO DE 2023 DO SUBCOMITÉ DO CRP DOS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO**

3. Na sequência da primeira reunião virtual do Subcomité, na qual os membros analisaram e introduziram alterações ao projecto de plano de trabalho para o ano de 2023, o projecto de plano de trabalho foi enviado aos membros do Subcomité do CRP e posteriormente adoptado com a inclusão das alterações.

### **VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A GOVERNAÇÃO AFRICANA (AGR-23) PELO SUBCOMITÉ DO CRP DOS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO E PAZ E SEGURANÇA - JANEIRO DE 2023**

4. O Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP) realizou a reunião de validação do Relatório sobre a Governação em África 2023 (AGR-23) com o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e o Comité de Peritos do Conselho de Paz e Segurança, nos dias 13 e 14 de Janeiro de 2023, em Djibuti, República do Djibuti. A reunião constituiu uma oportunidade para receber as reacções dos Estados-Membros sobre o projecto do AGR-23.

5. O AGR-23 abordou a questão crítica das Mudanças Inconstitucionais de Governos em África. Com base numa análise abrangente, o relatório sintetizou as

conclusões de treze fontes distintas. Entre elas, seis relatórios específicos de cada país que exploram as lições aprendidas com as experiências passadas de Mudanças Inconstitucionais de Governos, cinco relatórios temáticos que analisam os catalisadores, as causas e os factores desencadeadores das Mudanças Inconstitucionais de Governos e dois relatórios consultivos que avaliam a eficácia dos quadros normativos e dos regimes de sanções na abordagem das ocorrências de Mudanças Inconstitucionais de Governos.

6. O AGR-2023 foi posteriormente adoptado com êxito pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em Fevereiro de 2023.

### **SEGUNDO COMPROMISSO COM O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA, REALIZADO EM CONJUNTO COM A PLATAFORMA AFRICANA DE GOVERNAÇÃO**

7. Com base nos primeiros compromissos de partilha de experiências com o Subcomité e a AGP no dia 01 de Agosto de 2022 e no dia 11 de Agosto de 2022, respectivamente, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) decidiu institucionalizar e regularizar esses compromissos numa base anual.

8. Para implementar a referida decisão, o CPS, sob a presidência da República do Burundi, organizou uma sessão virtual subordinada ao tema: “Compromisso com o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a Plataforma da Arquitectura Africana de Governação (AGP), no dia 11 de Agosto de 2023. Essa sessão constituiu uma plataforma valiosa para o reforço das parcerias e a partilha de boas práticas na prossecução de objectivos comuns.

9. Os compromissos conjuntos visavam promover, aprofundar e consolidar a democracia, a boa governação e o Estado de Direito. Com base nos resultados dos compromissos anteriores, o CPS reiterou a importância do cumprimento integral das disposições da Carta Africana da Democracia, Eleições e Governação por todos os Estados-Membros. Essa ênfase alinha-se com os princípios fundamentais consagrados no Acto Constitutivo da UA (artigos 3.º e 4.º) e no Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança (artigos 3.º, alínea (f), e 7.º, alínea (m)), que sublinham a interligação entre a governação democrática, o Estado de Direito, os direitos humanos e a prevenção de conflitos.

10. Além disso, os compromissos serviram para reforçar as sinergias e os esforços de colaboração entre várias instituições e órgãos da UA, bem como entre a UA e as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais (CER/MR). Essa abordagem de colaboração é crucial para o alcance de uma paz duradoura, segurança, estabilidade e desenvolvimento em toda África.

11. O CPS sublinhou a importância de reforço das sinergias entre o CPS e o Subcomité, bem como com a AGP, através da adopção de iniciativas destinadas a promover a governação democrática e a estabilidade em África, bem como abordagens holísticas e multidimensionais com base na relação entre paz, segurança e desenvolvimento. De acordo com o 1167.º Comunicado da reunião do CPS, realizada no dia 11 de Agosto de 2023, o CPS, entre outras coisas:

- a) Reafirmou a importância do compromisso dos Estados-Membros com a ratificação universal, transposição para o ordenamento jurídico interno, implementação e apresentação de relatórios sobre os Valores Comuns da

UA, especialmente a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação. Nesse sentido, o Conselho incentivou os Estados-Membros que ainda não o fizeram a assinarem, ratificarem e adotarem a Carta;

- b) Sublinhou a importância de reforçar de forma consistente as capacidades institucionais dos Estados-Membros, através da criação de sistemas de governação sólidos para a prevenção, alerta precoce e acção rápida; reforço da arquitectura continental de governação, da arquitetura de paz e segurança e estabelecimento de ligações de trabalho transversais entre os Órgãos, as CER e a União para uma maior eficácia; envolvimento dos cidadãos de forma significativa, com especial atenção para os jovens, as mulheres e os grupos vulneráveis; e estabelecimento de parcerias inteligentes com base no conhecimento;
- c) Reconheceu a contribuição significativa da Plataforma AGA na promoção da governação democrática, da paz e da segurança no continente, bem como na promoção de uma maior integração entre a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) e a Arquitectura Africana de Governação (AGA);
- d) Exortou a Comissão da UA a acelerar a operacionalização do Mecanismo Africano de Governação, a fim de facilitar a mobilização eficaz de recursos para apoiar as iniciativas da AGP e dos Estados-Membros para a promoção da boa governação e o reforço da democracia no continente; e, de igual modo, solicita igualmente à Comissão da UA a reforçar ainda mais o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a AGP, bem como a capacidade institucional do Secretariado da AGA-APSA, a fim de desempenhar com maior eficácia os seus respectivos mandatos;
- e) Sublinhou a necessidade de reforçar as sinergias e a complementaridade de esforços entre a AGA e a APSA, o Conselho e o Subcomité do CRP, a Plataforma Africana de Governação, respeitando igualmente os respectivos mandatos; Apelou aos membros da Plataforma da AGA e à Mesa no sentido de envolverem o CPS nos trabalhos da Plataforma, a fim de continuarem a reforçar os seus compromissos consultivos destinados a transformar a agenda democrática e de boa governação em resultados tangíveis;
- f) Sublinhou a necessidade do Presidente do CPS do Mês e do Secretariado do CPS se envolverem de forma mais activa nas reuniões estatutárias anuais da Plataforma Africana de Governação;
- g) Solicitou à Comissão da UA, à Plataforma Africana de Governação e ao Secretariado da AGA-APSA a organizarem uma reunião consultiva conjunta para identificar iniciativas conjuntas para além das sessões de partilha de experiências, prestando especial atenção às seguintes áreas:
  - Visitas promocionais conjuntas do CPS, do Subcomité do CRP e da AGP aos instrumentos de valores comuns da UA; Apelou por um papel mais activo na diplomacia preventiva e nos esforços de mediação;
  - Participação do CPS na planificação e execução das iniciativas emblemáticas da AGA e criação de mecanismos de acompanhamento das decisões da sessão conjunta entre o CPS e a AGP.

## RETIRO CONJUNTO ENTRE O SUBCOMITÉ DO CRP DOS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO E A CADHP

12. De acordo com o plano de trabalho estabelecido para 2023, foi realizado um Retiro Conjunto entre o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a CADHP, de 05 a 07 de Dezembro de 2023, em Dakar, Senegal. O Retiro Conjunto permitiu reforçar a sinergia entre a CADHP e o Subcomité do CRP, bem como desempenhar um papel fundamental na facilitação de uma abordagem coordenada e reforçada para a protecção e promoção dos direitos humanos e dos povos. As Mesas do Subcomité do CRP de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras (GSCBFAM) e de Questões Estruturais participaram igualmente no Retiro Conjunto em debates de colaboração destinados a otimizar o desempenho intuitivo da CADHP, defendendo a sua dotação adequada de recursos humanos e financeiros no contexto da implementação das reformas da UA.

13. O Retiro Conjunto revelou-se crucial para aprofundar a compreensão mútua entre o Subcomité e a CADHP relativamente aos seus respectivos mandatos, procedimentos e vantagens comparativas. Essa melhor compreensão abriu caminho para a identificação de oportunidades de esforços de colaboração e reforço mútuo na prossecução dos objectivos consagrados na Agenda 2063.

14. O Retiro concordou sobre estratégias e compromissos concretos para uma CADHP revitalizada e um roteiro para uma maior colaboração e sinergia entre a CADHP e o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação, conforme mutuamente acordado, incluindo compromissos para um apoio relevante por parte dos Subcomités de Reformas Estruturais e GSCBFAM, no sentido de reforçar a protecção dos direitos humanos no continente.

15. O Retiro Conjunto adoptou as seguintes **Recomendações para os Estados Partes**:

- i. Apoiar o tema proposto pela UA para o ano 2025 como o “*Ano dos Direitos Humanos, Democracia e Governação*”;
- ii. Disponibilizar recursos técnicos e financeiros à CADHP dentro dos parâmetros acordados e através do procedimento adequado, incluindo em conformidade com a **EX.CL/329(XI) Rev.1**, da 11.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada de **25 a 29 de Junho de 2017**, acerca do Relatório sobre a Harmonização da Política de Remuneração;
- iii. Continuar a defender os Órgãos Deliberativos da UA para aumentar a dotação orçamental da CADHP, a fim de cumprir cabalmente o seu mandato; Reforçar a CADHP no seu papel de abordagem das questões dos direitos humanos no continente para promover a implementação das obrigações estatutárias;
- iv. Incentivar a implementação das decisões/recomendações da CADHP, conforme aplicáveis ao Estado;
- v. Considerar o destacamento de pessoal para a CADHP e incentivar a renovação de contratos de pessoal a curto prazo para colmatar a actual

lacuna de pessoal, em conformidade com o Estatuto e Regulamento do Pessoal;

- vi. Incentivar a ratificação dos instrumentos dos direitos humanos sob a supervisão da CADHP; e
- vii. Convidar os Estados-Membros a apresentarem os seus relatórios periódicos à CADHP, em conformidade com a Carta Africana e os instrumentos relevantes em matéria dos direitos humanos.

**16. O Retiro Conjunto adoptou as seguintes Recomendações para a CADHP:**

- i. Garantir a realização anualmente de um Retiro entre a CADHP e o CRP, em conformidade com as Decisões **EX.CL/Dec.995 (XXXII)**, de 2018, e **EX.CL/Dec.1045 (XXXIV)**, de 2019, e, sempre que se realize presencialmente, sujeito à disponibilidade de recursos, evitar períodos de pico para garantir a participação plena;
- ii. Estabelecer uma relação interactiva com o Comité Técnico Especializado de Justiça e Assuntos Jurídicos da UA para fazer o acompanhamento e promover os protocolos africanos relevantes em matéria dos direitos humanos;
- iii. Realizar uma análise das melhores práticas e dos desafios dos Estados Partes em relação à implementação das decisões e recomendações da CADHP, e partilhar os resultados da análise com os Estados-Membros;
- iv. Realizar iniciativas abrangentes de reforço das capacidades com os Estados-Membros para promover uma melhor compreensão das suas modalidades de trabalho, reforçar a interacção com os Estados-Membros e promover a implementação das suas decisões;
- v. Criar uma relação equilibrada e melhorada entre a CADHP, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) acreditadas e os Estados-Membros para promover uma relação de colaboração reforçada em conformidade com os seus métodos de trabalho estabelecidos, nomeadamente através das suas Sessões Ordinárias públicas semestrais,
- vi. Garantir que os seus métodos de trabalho sejam orientados para África e promovam um ambiente mais positivo e com base na confiança;
- vii. Abordar as percepções relativas ao seu mandato, a fim de reforçar a sua visibilidade, acessibilidade e eficácia enquanto mecanismo regional dos direitos humanos;
- viii. Proceder a uma revisão dos seus projectos emblemáticos que requerem o apoio político do CRP e identificar as questões de fundo relacionadas com questões culturais e jurídicas ou quaisquer outros factores que possam criar controvérsia ou dificuldades de implementação;
- ix. Comunicar de forma eficaz as suas necessidades, os pormenores orçamentais e os desafios encontrados para promover o apoio ao seu trabalho e facilitar a mobilização de recursos;

- x. Disponibilizar ao CRP uma análise do défice de financiamento orçamental, indicando os diferenciais entre o orçamento atribuído e as necessidades orçamentais requeridas (Anexo 2);
- xi. Articular o orçamento requerido para os Projectos Emblemáticos para permitir que o Comité do CRP de Questões Orçamentais preste o apoio necessário;
- xii. Colaborar com a Direcção de Finanças da CUA para explorar mecanismos de financiamento inovadores que resolvam com eficácia os desafios de financiamento, incluindo a classificação das rubricas orçamentais;
- xiii. Garantir uma planificação orçamental mais realista e adequada para missões de promoção, a fim de cumprir os objectivos e o âmbito das missões;
- xiv. Realizar uma avaliação exaustiva dos métodos de trabalho actualmente utilizados pela CADHP nas missões de promoção, a fim de avaliar a sua eficácia no alcance dos resultados pretendidos e identificar as áreas que podem ser melhoradas;
- xv. Desenvolver e organizar acções de formação para os Estados-Membros, as OSC acreditadas e as principais partes interessadas sobre as missões de promoção da CADHP, a fim de sensibilizar e melhorar a compreensão do objectivo e do significado das missões de promoção;
- xvi. Realizar missões de promoção frequentes aos Estados-Membros para sensibilizar acerca da CADHP, da Carta Africana e de outros instrumentos dos direitos humanos;
- xvii. Considerar a adopção de um modelo semelhante ao MAAP que preveja um processo estruturado e bem definido para a realização de missões de promoção, a fim de garantir a autorização atempada das missões, incluindo orientações e critérios claros de selecção e priorização;
- xviii. Solicitar à Unidade de Reforma a apresentar o Relatório Actualizado dos Órgãos da UA/Reforma Institucional para permitir que a CADHP elabore a sua proposta e resposta para partilhar com o CRP;
- xix. Apresentar um documento de estrutura pormenorizada com um plano de custos e de implementação (ver Anexo 3);
- xx. Apresentar um quadro orçamental pormenorizado das dotações financeiras anteriores e actuais e das despesas operacionais e de programas, com dados claros sobre o défice financeiro;
- xxi. Estabelecer prioridades claras para melhorar as taxas de implementação financeira e técnica, em conformidade com as actuais medidas de austeridade, a fim de obter os melhores resultados e cumprir o seu mandato;
- xxii. Melhorar a implementação de todos os tipos de recomendações de auditoria (análise externa, interna e forense) para permitir um aumento gradual do orçamento durante o próximo ciclo orçamental;

- xxiii. Reforçar a colaboração regular com os subcomités do CRP, nomeadamente o Subcomité do CRP de GSCBFAM, através do Comité Consultivo da CADHP para as Questões Orçamentais e do Pessoal, a fim de garantir a compreensão mútua das necessidades e dos défices financeiros e permitir um maior apoio financeiro;
- xxiv. Reclassificar as reuniões estatutárias nas rubricas orçamentais relativas à programas, a fim de evitar cortes orçamentais;
- xxv. Continuar a sensibilizar os Estados-Membros e fornecer-lhes informações sobre o mandato e as funções da CADHP;
- xxvi. Realizar actividades conjuntas com o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação, a fim de promover a colaboração;
- xxvii. Participar no Retiro Orçamental organizado pelo Gabinete do Director-Geral da CUA;
- xxviii. Explorar as possibilidades de patrocínio das partes interessadas africanas para financiar algumas das suas actividades, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UA;
- xxix. Estabelecer uma parceria com o Secretariado da AGA-APSA para a elaboração de um Roteiro para o reforço da colaboração e sinergia entre a CADHP e o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação com vista a reforçar a protecção dos direitos humanos no continente.

17. O Retiro Conjunto adoptou as seguintes Recomendações Específicas para acções imediatas:

- i. Destacar pessoal para a CADHP, em especial para a sua Unidade de Finanças e para o Departamento de Aquisições, para colmatar a lacuna nas funções de finanças e aquisições, bem como para as Unidades de Registo e Protocolo, cujo funcionamento é assegurado por um funcionário cada;
- ii. Aumentar a sua dotação orçamental para 2024, a fim de cobrir duas sessões presenciais e realizar missões de promoção autorizadas; e
- iii. Apoiar a implementação dos seus programas e projectos emblemáticos críticos que figuram como Anexo 4.

#### **INFORMAÇÕES DOS MEMBROS DA PLATAFORMA AFRICANA DE GOVERNAÇÃO CADHP - INICIATIVAS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A RATIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS SOBRE OS DIREITOS DOS IDOSOS E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ÁFRICA**

18. A Sr.<sup>a</sup> Abiola, Secretária Executiva Interina da CADHP, informou o Subcomité sobre as iniciativas de advocacia da CADHP para a Ratificação dos Protocolos sobre os Direitos das Pessoas Idosas e os Direitos das Pessoas com Deficiência em África, que complementam a Carta Africa dos Direitos Humanos e dos Povos.



19. A informação abordou o estado de Assinatura e Ratificação dos protocolos acima mencionados; destacou as várias iniciativas de advocacia da Comissão de Banjul para promover a ratificação dos Protocolos bem como o êxito registado até à data. A sua intervenção centrou-se igualmente sobre a via a seguir, em especial chamando a atenção para o apoio que o estimado Subcomité e, em geral, o CRP poderiam prestar a essas iniciativas para mobilizar uma maior ratificação dos Protocolos e acelerar a sua entrada em vigor.

20. Os membros concordaram com a apresentação e discutiram a importância desses protocolos. Solicitaram igualmente para que se realize um estudo aprofundado sobre as razões pelas quais os Estados-Membros não estão a ratificar esses protocolos. Observaram igualmente que, durante a ratificação, os Estados-Membros devem ter em conta as próximas medidas que terão de tomar para incorporar no seu ordenamento jurídico, implementar e apresentar relatórios sobre esses instrumentos.

#### **ECOSOCC - INICIATIVAS DO ECOSOCC NO DOMÍNIO DA DEMOCRACIA, GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS**

21. O Sr. Kyeretwie Osei, Chefe de Programas do ECOSOCC, destacou o papel do ECOSOCC na divulgação de diferentes instrumentos da UA, bem como na mobilização de peritos de diferentes países para apoiar o trabalho de instituições como o Subcomité e o CPS, e para ajudar a sociedade civil a ser mais eficaz no seu trabalho.

22. Descreveu algumas das principais actividades que foram materializadas e planificadas, da seguinte forma: o Fórum dos Cidadãos centrado nas questões das Mudanças Inconstitucionais de Governos, democracia e governação digital; participação da sociedade civil nos trabalhos da Plataforma Africana de Governação (AGP); um projecto em curso denominado Assembleia dos Povos Africanos, que proporcionará um espaço para os cidadãos de todo o continente virem partilhar as suas experiências em termos de como estão a viver a situação no terreno em termos de governação democrática e Estado de Direito; e o lançamento do Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil nos próximos anos.

23. Os membros elogiaram a apresentação e o trabalho que está a ser realizado pelo ECOSOCC e incentivaram as OSC e a UA a trabalharem em conjunto no âmbito do ECOSOCC. Os membros concordaram igualmente que o ECOSOCC é um órgão que precisa de ser apoiado através de recursos e financiamento.

#### **INFORMAÇÃO DA UNIDADE DE CONSTITUCIONALISMO E ESTADO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE PAPS-CUA SOBRE A ESTRATÉGIA DA UA PARA A INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO DA CARTA AFRICANA SOBRE DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E GOVERNAÇÃO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES**

24. A Sr.<sup>a</sup> Abibata Barry, em representação da unidade, fez uma apresentação ao Subcomité sobre a Estratégia da UA para a inclusão e integração da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação nos currículos escolares, com referência ao mandato e objectivos; as fases do projecto; a situação do projecto; a via a seguir; e as recomendações.

25. Os membros elogiaram a apresentação e enfatizaram a importância da implementação desse programa para contribuir para a prevenção de conflitos. A Unidade

apelou aos Estados-Membros no sentido de apoiarem esse projecto, fazendo comentários sobre o documento partilhado através das suas respectivas embaixadas.

## **RELATÓRIO DO PRESIDENTE CESSANTE DA PLATAFORMA AFRICANA DE GOVERNAÇÃO SOBRE AS REALIZAÇÕES DA PLATAFORMA AFRICANA DE GOVERNAÇÃO (AGP)**

**26.** Na apresentação como Presidente da AGP a nível técnico, a Sr.<sup>a</sup> Abiola Idowu Ojo, declarou que a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) foi eleita Presidente da Plataforma em Outubro de 2021, em conformidade com o artigo 6.<sup>o</sup> do Regulamento Interno da AGP. A Presidente fez um resumo de algumas das realizações, desafios e oportunidades da AGP.

**27.** Durante o mandato da CADHP de 2021-2023, a Presidente indicou que a AGP realizou as suas reuniões estatutárias semestrais, tanto a nível técnico como político; realizou uma importante Reflexão Estratégica sobre a Plataforma para a política e a tomada de decisões e contribuiu para uma reunião extraordinária da AGP a pedido dos Membros.

**28.** Mencionou que a AGP é a única plataforma existente que reúne a UA e as CER em torno de questões de governação democrática e é um mecanismo institucional e de interacção da Arquitectura Africana de Governação (AGA), que é uma construção normativa derivada dos valores comuns da UA.

**29.** Para além de proporcionar aos membros a possibilidade de planificarem em conjunto as actividades emblemáticas e de as executarem em conjunto, há a institucionalização das reuniões estatutárias a serem realizadas à margem da Cimeira da UA. Essas reuniões são cruciais não só para a partilha de experiências entre os membros da Plataforma, mas resultaram igualmente em realizações importantes para o ano, como as iniciativas emblemáticas da AGP, que incluem o Relatório sobre a Governação Africana, que é uma iniciativa da Plataforma, a organização do 12.<sup>o</sup> Diálogo de Alto Nível (DAL) e a comemoração conjunta do Dia dos Direitos Humanos, entre muitas outras.

**30.** A Presidente mencionou que, desde a fusão dos dois departamentos num só - Departamento de Assuntos Políticos e Paz e Segurança (PAPS) em Março de 2021; o Secretariado da AGA, que era uma estrutura informal, foi institucionalizado na nova estrutura da CUA na Direcção de Governação e Prevenção de Conflitos (GCPD) dentro do PAPS.

**31.** Isso representa um grande sucesso para a Plataforma, uma vez que o Secretariado da AGA funciona como um Secretariado para a Plataforma. A CUA e o Departamento articularam a importância da sinergia entre as componentes de governação e paz e segurança e fizeram a transição do Secretariado da AGA para um Secretariado da AGA-APSA, o que é um testemunho da dedicação no trabalho da Plataforma.

**32.** Como maior conquista até à data, o Subcomité pretende ter um envolvimento institucionalizado com o CPS. Ao envolver o CPS, a Presidente salientou que este pode colmatar o fosso entre governação democrática, direitos humanos e paz e segurança.

**33.** A Presidente salientou igualmente que a sessão anual da AGP com o CPS foi igualmente institucionalizada para se realizar todos os anos e agradeceu o apoio deste agosto órgão em relação a este assunto. Como um acontecimento importante para a Plataforma, a Presidente louvou o facto da AGP se apresentar perante o CPS como um conjunto pela primeira vez em Agosto de 2022 e celebrou o facto de, até agora, terem sido realizadas duas sessões anuais entre a AGP e o CPS durante a Presidência da CADHP em 2022 e 2023. Para o efeito, foi emitido um comunicado do CPS para ambas as sessões.

**34.** Ao concluir, a Sr.<sup>a</sup> Abiola reiterou que a AGP é o único órgão existente que reúne todos os intervenientes em matéria dos direitos humanos e governação democrática num único local, incluindo os Órgãos e as CER, e mencionou que não há nenhum mecanismo semelhante. Apesar das Reformas da UA criarem uma maior oportunidade para a AGP e o PAPS através da institucionalização do Secretariado da AGA-APSA ao abrigo das Reformas da UA, o Secretariado da AGA-APSA poderia, de facto, reforçar a sinergia entre a AGA e a APSA e contribuir de forma eficaz para a agenda de governação, prevenção de conflitos e consolidação da paz no continente.

**35.** Fez um apelo claro ao facto dos direitos humanos e da governação democrática serem fundamentais para a continuação da paz e segurança e que deve ser concedido um apoio adequado às sinergias entre as arquitecturas da AGA e da APSA como factores fundamentais para uma paz duradoura no continente.

**36.** A Presidente interina e os membros do subcomité do CRP elogiaram a apresentação e reconheceram a importância da AGP no trabalho de promoção dos direitos humanos em África. Reconhecendo o posicionamento único da plataforma, a Presidente interina apelou a todos os Estados-Membros para que mobilizem o seu apoio à Plataforma Africana de Governação e ao Secretariado.

## **ANEXO**

- Plano de Trabalho adoptado do Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação para o ano de 2023
- Declaração de Resultados do Retiro Conjunto entre o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a CADHP.

**PROJECTO DE  
DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SUBCOMITÉ DOS  
DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO (HRDG)**

**O Conselho Executivo,**

1. **TOMA NOTA** do Relatório de Actividades do Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação (HRDG) para o período de Janeiro a Dezembro de 2023;
2. **FELICITA** o Subcomité por validar o Relatório sobre a Governação Africana 2023, que foi elaborado pelo MAAP em nome da Plataforma Africana de Governação (AGP) da Arquitectura Africana de Governação (AGA);
3. **ACOLHE COM AGRADO** a continuação da sessão conjunta anual entre o Conselho de Paz e Segurança (CPS), o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a AGP e **SUBLINHA** a implementação do Comunicado do CPS da 1167.<sup>a</sup> Reunião sobre a Sessão Conjunta realizada no dia 11 de Agosto de 2023;
4. **APLAUDE** o trabalho dos membros da Plataforma Africana de Governação, especialmente a CADHP, na promoção e protecção dos direitos humanos e dos povos no continente e apela à ratificação universal dos respectivos Protocolos; **APLAUDE AINDA** o trabalho do ECOSOCC sobre o envolvimento significativo dos cidadãos africanos e das organizações da sociedade civil nos assuntos da União Africana e **MANIFESTA O SEU APOIO** na elaboração do Relatório sobre o Estado das Sociedades Civas em África de 2024;
5. **TOMA NOTA** do Retiro Conjunto realizado entre o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a CADHP e incentiva a continuação dessas consultas conjuntas e **APELA** a um maior apoio político, financeiro e de reforço das capacidades dos Órgãos da UA com mandato em matéria dos direitos humanos;
6. **TOMA NOTA** do trabalho do Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança (PAPS) sobre o ponto de situação da Estratégia da UA para a Integração da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação nos currículos escolares e **APELA** a todos os Estados-Membros a apoiarem esse projecto;
7. **RECONHECE** o posicionamento único da Plataforma Africana de Governação (AGP) como a única plataforma existente que reúne os Órgãos da UA, as Comunidades Económicas Regionais (CER), os Mecanismos Regionais (MR) em questões dos direitos humanos, democracia e governação;
8. **SUBLINHA** a contribuição significativa da Plataforma Africana de Governação para a promoção da governação democrática, da paz e segurança no continente, bem como para o reforço da relação entre a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) e a Arquitectura Africana de Governação (AGA) e **APELA** a que seja concedido um apoio adequado e equitativo aos quadros e estruturas da AGA e da APSA como facilitadores fundamentais para a paz sustentável em África;

9. **REITERA** o apelo à ratificação universal, transposição para o ordenamento jurídico interno, implementação e elaboração de relatórios de todos os Instrumentos de Valores Comuns da UA, em especial a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação;
10. **APELA** à Comissão da UA a acelerar a operacionalização do Mecanismo Africano de Governação;
11. **SUBLINHA** o pedido feito pelo CPS na 1167.<sup>a</sup> reunião, realizada no dia 11 de Agosto de 2023, à Comissão da UA para reforçar a capacidade institucional do Secretariado da AGA-APSA para apoiar de forma eficaz o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a Plataforma Africana de Governação no cumprimento dos seus respectivos mandatos e **APELA** ao reforço das sinergias e à complementaridade de esforços entre a AGA e a APSA;
12. **SOLICITA** ao Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e à AGP a realizarem visitas promocionais sobre os Instrumentos dos Valores Comuns da UA; e a desempenharem um papel mais activo na diplomacia preventiva e nos esforços de mediação da União Africana;
13. **SOLICITA AINDA** ao Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação a continuar o seu envolvimento com os Órgãos e Instituições da UA com mandato em matéria dos Direitos Humanos e Governação, com vista a reforçar a coordenação e colaboração, especialmente no reforço das sinergias entre a Arquitectura Africana de Governação (AGA) e a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA);
14. **APROVA** a recomendação feita no sentido de declarar 2025 como “o Ano dos Direitos Humanos, Democracia e Governação em África”.

2024-01-15

# Report of the Sub-Committee on Human Rights, Democracy and Governance (HRDG)

African Union

African Union

<https://archives.au.int/handle/123456789/10500>

*Downloaded from African Union Common Repository*